

CONCEITOS / MOVIMENTOS LITERÁRIOS / IDENTITÁRIOS NOS ESTADOS UNIDOS: AFRO-AMÉRICA E LITERATURA

Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro (UERJ)*
Coordenadora: Eurídice Figueiredo (UFF)

A questão da Negritude nos Estados Unidos, traduzida enquanto força cultural em uma literatura geralmente intitulada *afro-americana* se constitui hoje em uma das mais interessantes áreas dos estudos literários nos Estados Unidos, suscitando crescente interesse, não só naquele país, como também em diferentes partes do mundo. Tal literatura aponta, em vários sentidos, para uma geração em busca da identidade perdida, ou, em inglês, traduz a hoje comum *quest for selfhood* – tema central em obras modernas e contemporâneas.

Na verdade, um pouco de conhecimento histórico demonstra que, como já nos lembrou Said (SAID, 1995 [p.27-28]), a identidade americana é variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade, a luta que se trava em seu interior envolve defensores de uma identidade. No caso em tela no momento, as vozes da África são resgatadas e buscam sua forma de expressão.

Ao lançarmos nosso olhar sobre o passado cultural dos Estados Unidos, veremos que um brevíssimo relance já nos possibilita observar alguns de seus elementos básicos e recorrentes. O período colonial supriu os Estados Unidos com muitos de seus mitos, assim como constituiu-se também em um período que deu origem a alguns dos mais duradouros e representativos aspectos do tão falado Sonho Americano, entre eles a questão da igualdade e da democracia, contraditoriamente impossível de ser alcançada pelos negros norte-americanos ao longo de sua história em solo estadunidense.

Em 1782, St. John de Crèvecoeur, intelectual francês, imigrante como tantos outros na América do Norte do século XVIII, enunciava uma pergunta fundamental, no seu *Letters from an*

American farmer: “What then is the American, this new man?” – “E então, o que é mesmo o americano, este homem novo?” O próprio Crèvecoeur, ao tentar dar resposta a sua própria pergunta, acabou criando a metáfora do “*melting pot*” – ou seja, os Estados Unidos seriam um lugar onde povos oriundos de diferentes partes do mundo se reuniriam e se fundiriam de forma equânime, livre, democrática – dentro dos próprios princípios do então já divulgado documento de Declaração de Independência Americana (1776) – ou nos dizeres de Thomas Jefferson, “os famosos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade”.

A dúvida de Crèvecoeur, porém, não se resolveu aí e continuaria a inquietar os norte-americanos desde então e ao longo do século XX. Ou seja, mais de duzentos anos depois, os Estados Unidos continuam discutindo e se questionando sobre a validade e a extensão do tão propagado “*melting pot*”. Até que ponto deveriam as minorias tentar manter sua identidade étnica? Até que ponto deveriam deixar que sua identidade fosse sugada e se desfizesse no “*melting pot*” norte-americano?

Vejam os um pouco de História. A escravidão gradualmente chegou ao Novo Mundo, depois de 1619, ano em que um barco holandês despejou vinte negros em Jamestown, primeiro estabelecimento permanente da América Inglesa, fundado em 1607 na Virgínia. Alguns dos primeiros foram tratados como trabalhadores contratados por período específico e adquiriram a liberdade após o prazo previsto, assim como, até mesmo, a posse de algumas terras.

Mas, aos poucos, através de raciocínios que uniam – para marginalizar – preconceitos de cor (a cor negra) e religião (dos povos não convertidos), a prática da escravidão perpétua dos negros transformou-se no costume e na lei da terra. Paulatinamente, estabelecia-se no imaginário social a idéia de escravos como um grupo coeso, uma unidade social, e não como um grupo de grande diversidade étnica. Na verdade eles vinham de terras tão remotas umas das outras como a Angola e o Senegal, a costa oeste da África e a área montanhosa do centro e falavam Mandingo,

Ibo, Kongo e inúmeras outras línguas. Uma vez na América, eram jogados indiscriminadamente juntos e tratados como animais de carga.

Ao longo das décadas de 1770 e 1780, sabemos que foram inúmeros os movimentos de norte-americanos em prol da independência em relação à Grã-Bretanha. No entanto, as já mencionadas dúvidas e contradições em torno dos propalados ideais americanos de igualdade, voltavam a se mostrar frágeis então: mesmo defensores abertos da liberdade norte-americana, tais como Patrick Henry, George Washington e Thomas Jefferson, apesar de várias justificativas – bastante ambíguas, é bem verdade – aceitavam a idéia da escravidão dos negros. Pouco a pouco, porém, os movimentos abolicionistas ganhavam força, o número de fugas crescia, a questão norte / sul nos Estados Unidos se agravava.

Após um século XIX conturbado por disputas as mais variadas, Guerra Civil e ações múltiplas em defesa dos negros, atos decisivos como a *Emancipation Proclamation* em 1863, de estadistas como Abraham Lincoln, levaram à momentânea esperança de que a possibilidade de coexistência pacífica entre brancos e negros seria possível. O assassinato de Lincoln tempos depois anunciaria o prenúncio de atos explícitos de preconceito e discriminação.

No início do século XX, somando-se às conquistas individuais em muitos campos, o talento dos negros floresceu nas artes e na música durante as décadas de ‘20, ‘30 e ‘40. Este levante artístico começou no Harlem, bairro negro de Nova York, e ficou conhecido como “Harlem Renaissance”. Apesar de seu início localizado naquela cidade norte-americana, sua influência espalhou-se mundo afora. Na música gerou, entre outros, Count Basie, Duke Ellington e Louis Armstrong. De tal movimento saíram ainda nomes marcantes e alguns extremamente influentes sobre outros artistas negros que ainda surgiriam. Entre os do campo da literatura, podemos citar as romancistas Nella Larsen e Zora Neale Hurston e o poeta Langston Hughes.

Mais à frente no século XX, anuncia-se uma mudança de comportamento racial. Podemos dizer que muitos fatos contribuíram para tal, entre eles, a propaganda anti-racista gerada durante a II Guerra Mundial que levou os americanos a refletirem com maior clareza sobre o conflito que havia entre os ideais e a realidade do racismo em seu próprio país.

A concentração de elevados números de negros em cidades do norte e do oeste americanos aumentou o seu potencial de influência política. Também ajudou a projetar os problemas relacionados à raça como problemas nacionais e não regionais. O estabelecimento da sede das Nações Unidas nos Estados Unidos tornou a desigualdade racial norte-americana mais visível a um mundo do qual os Estados Unidos buscavam ser os líderes durante a Guerra Fria com a União Soviética. O surgimento de uma minoria branca disposta a se pronunciar contra o racismo proporcionou aliados para os negros.

Porém, sabemos que o mais importante para alterar as relações de raça nos Estados Unidos, foi a ação dos próprios negros. Entre os variados e ricos movimentos dos anos 50 e 60, citamos com particular destaque, o Movimento dos Direitos Civis que, através de estratégias variadas de ação não violenta, tais como as atitudes contra a segregação nas escolas, especialmente marcadas em 1954, o boicote aos ônibus pelos mesmos motivos em 1955, e outros tipos de ação liderados pelo Reverendo Martin Luther King levaram à marcha de Washington em 28 de agosto de 1963, quando mais de 200.000 brancos e negros protestaram contra a segregação e a discriminação.

Nos anos 70 e no início dos anos 80, a principal característica da experiência negra foi o desenvolvimento de uma consciência negra e de um orgulho negro (*black pride*). Tais valores se revigoraram à medida em que, um número cada vez maior de negros passou a acreditar que a chave para lidar com questões de raça nos Estados Unidos era a forma que eles se sentiam como

indivíduos e como grupo. O conceito de *black pride* já havia sido articulado anteriormente em slogans tais como *black is beautiful* e *black power*.

Dessa forma a valorização de aspectos especificamente negros / africanos da cultura desses povos, e mais particularmente, o resgate de aspectos africanos dessa cultura emergiram na música, no teatro, no cinema e na literatura. O termo “afro-americano” passou a ser preferido aos utilizados anteriormente, entre eles, “African”, “colored”, “Negro”, “Black”. Entre as formas de produção literária, destaca-se a daquele agente literário duplamente marginalizado – as mulheres negras, produzindo uma rica literatura feminina.

A oposição apresentada por Edward W. Said em seu *Cultura e Imperialismo* sobre “as duas perspectivas diferentes, as duas historiografias diversas, uma linear e dominadora, a outra contrapontual e muitas vezes nômade” (SAID, 1995 [p.27-8]) é predominante no contexto da literatura afro-americana.

Quanto à questão “língua X poder”, nos Estados Unidos trava-se na atualidade, um amplo debate sobre a questão da(s) língua(s) a ser(em) estudada(s) nas escolas com maioria negra, sendo o *ebonics* – ou, segundo o *site* do CAL (Center for Applied Linguistics), *African-American Vernacular English* (AAVE), ou ainda *Vernacular Black English* – alvo principal de troca de idéias contemporânea, primordialmente após o final do ano de 1996: contribuiria uma *língua negra* para o resgate da dignidade humana e cultural do grupo ou apenas acentuaria a diferença e reforçaria a exclusão?

Ensinos emancipatórios das obras de Frantz Fanon foram abraçados por militantes e ativistas das lutas dos negros nos Estados Unidos dos anos 60. Homi Bhabha, entre outros críticos contemporâneos, cita e exorta Fanon como um dos principais autores de leitura obrigatória para compreensão dos fenômenos das questões étnicas e da colonização, e conseqüente descolonização, na contemporaneidade.

Ao mencionarmos grandes teóricos das questões pós-coloniais e étnicas, especificamente no caso norte-americano, não podemos deixar de citar Henry-Louis Gates, Jr., crítico literário renomado nos Estados Unidos, um dos maiores estudiosos a oferecer contribuição pioneira para os hoje reconhecidos, estabelecidos, procurados e conceituados “*Afro American Studies*” nas universidades dos Estados Unidos. Seus estudos são particularmente úteis no que diz respeito a sua discussão do multiculturalismo.

Em 1979 Gates tornou-se o primeiro negro a se doutorar pela Universidade de Cambridge. Em 1981, ao encontrar em uma livraria de Nova Iorque um volume de *Our nig: sketches from the life of a free black* de Harriet E. Adams Wilson, provou que o que se supunha ao longo do tempo ser o pseudônimo de um homem era na verdade o de uma mulher negra e que o livro era o primeiro romance, escrito em 1859, de autoria de um indivíduo negro nos Estados Unidos de que se tem notícia. No início dos anos 90, Gates publicou uma abrangente coleção de escritos afro-americanos, produzidos no período 1829-1940, que totalizavam algo em torno de 12000 contos, 18000 poemas e 42000 resenhas e artigos. Do estudo destes documentos, Gates concluiu que a cultura afro-americana tem suas raízes primárias na própria América, e não na África.

Quanto à produção literária norte-americana, nos Estados Unidos, dentro do quadro de realidade específico, editoras paralelas, impulsionadas pela facilidade trazida pelos editores de textos aos computadores domésticos, começaram a organizar e publicar textos de grupos atuantes no Movimento dos Direitos Civis, de pessoas que, impulsionadas pelo próprio Movimento organizado, tiveram acesso a locais com visibilidade, tais como as universidades, de onde puderam falar e ser ouvidas, publicar mais, passar a editoras conhecidas e até chegar a um Prêmio Nobel de Literatura, tal como foi o caso de Toni Morrison, em 1993. Além é claro de autoras do porte de Alice Walker ou Maya Angelou.

Principalmente após a concessão do Prêmio Nobel a Toni Morrison, a situação com referência ao cânon no mercado editorial se inverteu de forma significativa, com a busca por parte dos grandes e médios editores mundiais por outros autores e autoras, cujos textos pudessem vir a revelar valor literário e ser traduzidos imediatamente.

No que diz respeito aos textos afro-americanos, cabe reconhecer que a análise do gênero no discurso produzido pelo grupo em questão tem sido objeto de inúmeros textos acadêmicos e jornalísticos. Por que relacionar gênero a questões de raça? Ora, os textos afro-americanos retratam freqüentemente as condições de opressão. E quando se fala em opressão, assume-se a existência da figura do “outro” opressor contra o qual se luta.

Valerie Smith, em seu belo ensaio *Gender and Afro-Americanist Literary Theory and Criticism* (SMITH, 1989 [p.57]) lembra que, assim como entre as feministas brancas segue-se freqüentemente o impulso de teorizar-se sobre a experiência feminina tendo como base as vidas de mulheres brancas da classe média, na tradição clássica da crítica literária afro-americana (que é dominada por textos escritos ou editados por homens) parte-se para a análise da experiência dos negros numa cultura racista tomando-se como base unicamente as vidas dos homens negros. Ela ressalta que, sob o prisma do homem negro, o “outro” opressor será a figura do poder do branco, seja individual ou institucional.

Ora, quando, no entanto, toma-se como base para teorizar-se sobre a experiência negra não apenas as vidas dos homens, mas também as vidas das mulheres negras, o “outro” opressor não será apenas o poder do branco, será, antes de tudo, o próprio homem negro. Pois muitas vezes, como é expresso por Calvin Hernton, “os homens negros que são vítimas de opressão *vitimizam* as mulheres negras com o que parece a mesma opressão”. (In: SAMUELS and HUDSON-WEEMS, 1990 [p.27]).

Entre os escritores afro-americanos surgidos nas últimas décadas, é Toni Morrison quem tem recebido o maior reconhecimento por sua importância literária. Nascida em 1931, em suas obras são inúmeros os traços autobiográficos, e ao discutir personagens negros na sociedade norte-americana, ela critica uma sociedade massificada e massificadora, dominada por órgãos de mídia que só mostram o que interessa ao sistema majoritário vigente e que destroem culturas locais e traços culturais de longa data.

O espaço de onde autoras como Toni Morrison e Alice Walker, como mulheres negras, escrevem lhes oferece a possibilidade de contemplar os mais variados aspectos da vida das populações afro-americanas. Em meio à pluralidade de personagens e olhares apresentados em suas obras elas detectam a situação do indivíduo, homem negro, que, inserido numa sociedade para então ser tornado marginal a ela, apenas sobrevive ao intercalar sua postura de dominado com outra de dominador, buscando a presa mais próxima para a inversão de sua conduta: a mulher e a família que tem a seu lado.

Nesse e em muitos outros sentidos, as escritoras afro-americanas, muitas delas oriundas do Movimento dos Direitos Civis dos anos 60, trouxeram, além de arte e poesia, garra, estratégia e visão política para suas obras literárias, transformando-se numa força arrebatadora que há mais de trinta anos não pára de crescer, despertando, inclusive através da tradução de suas obras em diversos países - entre eles o nosso - a atenção para a situação dos negros, através de, novamente, movimentos femininos.

Referências Bibliográficas:

- APPIAH, K. A. & GATES, Jr., H. L. *AFRICANA – The Encyclopedia of the African and African American Experience*. New York: Basic Civitas Books, 1999.
- BHABHA, H. K. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1993.
- *The location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BUTLER-EVANS, Elliott. *Race, Gender and Desire*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- CARROL, P.N., NOBLE D.W. *The Free and the Unfree: a new history of the United States*. New York: Penguin Books, 1984.
- DAVIES, C. B. *Black Women, writing and identity: migrations of the subject*. London: Routledge, 1994.
- DU BOIS, W. E. B. *An ABC of color*. New York: International Publishers, 1989.
- FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- *Les damnés de la terre*. Paris: Éditions La Découverte, 1968.
- FOERSTER, N. *Image of America: Our Literature from Puritanism to the Space Age*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1970.
- GATES Jr., H. L. *Figures in black: words, signs, and the “racial” self*. New York: Oxford University Press, 1989.
- *Loose Canons: Notes on the Culture Wars*. New York: Oxford University Press, 1993.
- & WEST, C. *The African-American Century: how Black Americans have shaped our country*. New York: Free Press, 2000.
- LANDRY, D. and MACLEAN, G. (Ed.) *Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*. New York, Routledge, 1996.
- LUEDTKE, L. S. *Making America - The Society and Culture of the United States*. Washington, D. C.: USIS, 1988.
- MORRISON, T. *The Bluest Eye*. New York: Plume, 1994.
- *Playing in the Dark - Whiteness and the literary imagination*. New York: Vintage Books, (1992) 1993.

- SAID, E.W. ----- *Cultura e Imperialismo*. Trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [Original inglês - *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994].
- SAMUELS, W. D., HUDSON-WEEMS, C. *Toni Morrison*. Boston: Twayne, 1990.
- SHOWALTER, E. *Inventing Herself - Claiming a Feminist Intellectual Heritage*. New York: Scribner, 2001.
- SMITH, V. Gender and Afro-Americanist Literary Theory and Criticism. In: SHOWALTER, E. (Ed.) *Speaking of gender*. New York: Routledge, 1989.
- WALKER, A. *Once: poems*. San Diego: Harcourt Brace & Company, (1968) 1976.
- *The third life of Grange Copeland*. New York: Pocket Books, (1970) 1988.
- *In love & trouble: stories of black women*. San Diego: Harcourt Brace & Company, (1973) s.d.
- *Meridian*. New York: Pocket Books, (1976) 1986.
- *In search of Our Mother's Gardens*. San Diego: Harcourt Brace & Company, (1983) s.d.

REFERÊNCIAS A SITES NA INTERNET:

<http://www.cal.org/ebonics/>

Ebonics – Página do *Center for Applied Linguistics (CAL)*